

ATA DA CENTÉSIMA PRIMEIRA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA.

Às nove horas e trinta minutos do dia onze de março de dois mil e três deu-se início a Centésima Primeira Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA na sala trezentos e quatro do Edifício Sede do Ministério da Justiça, presidida por Nilmário Miranda (SEDH). Estiveram presentes os conselheiros Titulares: Saulo de Castro Bezerra (ABMP); Cláudio Augusto Vieira da Silva (Fundação Fé e Alegria); Elisabete Borgianni (CFESS); Maria Izabel da Silva (CUT); Rachel Niskier Sanchez (SBP); José Fernando da Silva (ABONG); Marcos Antonio Paiva Colares (OAB); Maria das Graças Fonseca Cruz (CNBB); Laura Nazareth de Azevedo Rossetti (FENAPAES); Alessandro Victor Gama e Silva (MNMRR); Ivanildo T. Franzosi (Casa Civil da Presidência da República); Wania Ribeiro Tavares (MAPS) e Max Halley Sudário de Lima e Silva (MP). Estiveram também presentes os conselheiros governamentais suplentes que assumiram a titularidade nesta assembléia: Marilda Marfan (MEC – parcialmente); Margarida Munguba Cardoso (MTE); Jane Ramos Pereira (MS) e a representante do Ministério do Esporte Maristela Gonçalves. Estiveram ainda presente os conselheiros não-governamentais suplentes: Beatriz Hobold (Pastoral da Criança); Vicente Falqueto (UBEE); Jessimar Dias Pereira (Inspetoria São João Bosco (Salesianos); Marcelo Gentil Nascimento da Cruz (IPAM); Alexandre Schneider (Fundação Abrinq); Miguel Angel Cal Gonzáles (CFP) e Antonio Pereira da Silva Filho (CGT). Esteve também presente o Secretário Especial dos Direitos Humanos – Adjunto Mario Mamede.

Pauta I – Abertura dos Trabalhos: Dando início a assembléia o Presidente abriu os trabalhos cumprimentando a todos e informando sobre o lançamento do Plano Nacional do Trabalho Escravo elaborado pela Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH, às quinze horas no Palácio do Planalto. O CONANDA foi convidado para o evento, tendo sido aprovado pela plenária a indicação da conselheira Maria Izabel, integrante da Comissão Especial para representar o Conselho. O conselheiro Marcos Colares também aproveitou a oportunidade para informar sobre a sua visita ao Estado do Piauí. O Conselheiro informou que juntamente com o engenheiro da Secretaria Nacional de Justiça/DEPEM visitaram a maior parte das unidades de internação dos adolescentes infratores. Na oportunidade o conselheiro fez um breve relato da atual situação envolvendo esses adolescentes. Ressaltou, inclusive, que houve audiência com o governo do Estado para tratar da questão, tendo sido solicitado nova reunião no mês de abril com a participação do Presidente do CONANDA, Tribunal de Justiça e Assembléia Legislativa do Estado. A conselheira Elisabete considera importante aprofundar a discussão com a participação do CONANDA no sentido de fortalecer as ações dos Conselhos de Direitos e Tutelares. O conselheiro Marcos considera descortesia reabrir as discussões, visto que a Comissão irá ao Estado discutir o assunto. O conselheiro alegou que a situação no estado é problemática, não sendo possível esperar mais para resolver o problema. Para ele, há uma cultura enraizada no Estado, que o adolescente pratica ato infracional e não é punido e que é preciso o CONANDA intervir nesse processo. O Presidente solicitou à Comissão prioridade na visita ao Estado. Em seguida o Presidente submeteu a pauta à plenária tendo a mesma sido aprovada por todos.

II - Visita da Senadora Patrícia Gomes – PPS – CE. A Senadora cumprimentou a todos na pessoa do Presidente e em seguida externou a importância da sua visita ao CONANDA nesse início de mandato. A Senadora fez um breve relato da sua trajetória com trabalhos voltados à área social, levantando a bandeira principalmente das políticas sociais no seu Estado ao longo dos anos, como Deputada da Frente Parlamentar pela Infância e Juventude. A parlamentar informou que procurou estabelecer uma pauta perante a Assembléia Legislativa, sempre através de articulações com a sociedade civil organizada. No Senado a parlamentar também quer dar uma atenção especial na área da criança e do adolescente. A Senadora informou também sobre a instalação da CPI Mista no Congresso Nacional para investigar a questão das redes de exploração sexual contra crianças e adolescentes e que já existem assinaturas suficientes para efetivar o protocolo nas presidências do Senado e da Câmara, para a sua instalação e que a decisão da CPI partiu de uma ampla discussão com os diversos segmentos da sociedade. A Senadora informou ainda sobre o seu esforço na rearticulação da Frente Parlamentar de Defesa da Criança e do Adolescente e do pedido para criação da Subcomissão dos Direitos da Criança e do Adolescente na Comissão de Assuntos Sociais. Encerrando sua fala a parlamentar se colocou a disposição do Conselho em defesa dos direitos da criança e do adolescente, para uma sociedade mais justa. A conselheira Rachel parabenizou a Senadora, alegando ser uma honra para o CONANDA recebe-la em sua assembléia e em seguida foi entregue um kit com as publicações do CONANDA. Neste momento o Presidente teve que se ausentar da assembléia para presidir a

reunião da Comissão Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. CDDPH, assumindo os trabalhos o Vice – Presidente. III – Trabalho de Grupo das Comissões Temáticas. As Comissões Temáticas se reuniram para tratar de assuntos pertinentes as suas áreas de atuação. IV - Apresentação e Discussão da Campanha Mídia e Conselhos – Prosseguindo os trabalhos o Vice-Presidente fez a apresentação dos representantes da ANDI e da Agência CIPÓ/BA. O Diretor da ANDI fez uma breve apresentação dos objetivos da Campanha, informando que até meados de abril o texto do guia para orientação aos Conselhos de Direitos e Tutelares na sua relação com a mídia estará pronto e será submetido à discussão em seis regiões para enriquecimento do documento. Marcus Fuks esclareceu que os conselhos de direitos e tutelares serão fontes referenciais para os jornalistas nos estados e municípios. A Senhora Ana Penido, da Agência CIPÓ, apresentou as linhas das diretrizes da campanha, tendo como contexto o Pacto pela Paz/Eixo Conselhos de Direitos, Tutelares e Fundo. O foco da campanha será os conselhos tutelares, priorizando as informações para aprofundar a qualidade da comunicação. O Senhor Marcos Fuks complementou enfocando a ausência de dados sobre Conselhos e que o governo federal deseja saber onde estão os Conselhos Tutelares. Propôs um pronunciamento do Secretário Especial dos Direitos Humanos em cadeia nacional, objetivando fortalecer a campanha e que o Presidente da República fizesse o lançamento da campanha no mês de julho. Após a apresentação dos expositores o Vice-Presidente abriu o debate onde foram registrados os pontos que seguem: 1) O conselheiro Saulo argumentou que o telefone zero oitocentos gera uma demanda muito grande e necessita de uma boa triagem das ligações; 2) A conselheira Elisabete parabenizou a equipe pela apresentação, alegando que há tempos deveria ter sido proposto uma campanha dessa natureza e lamentou a não inclusão dos conselhos de Direitos. A conselheira recomenda que o documento final seja submetido à plenária; 3) O conselheiro Alessandro também reforça a necessidade de inclusão dos Conselhos de Direitos, alegando que há um desconhecimento geral do papel de cada conselho. Propôs a estruturação do site do CONANDA; 4) Para o conselheiro Marcos a criação do Conselho Tutelar não está vinculada a criação do Conselho Municipal e o conselheiro Saulo complementou, alegando que dentro da construção teórica do guia o foco deve ser o Conselho Tutelar; 5) O conselheiro Cláudio afirmou não ter registrado que o foco seria os Conselhos Tutelares. Para ele deve-se incluir os Conselhos de Direitos e que se o objetivo da Campanha é cristalizar a informação, os demais aspectos não necessitam de aprofundamento. Quanto ao zero oitocentos, o mesmo não resolve o problema do município. A expositora Ana Penido esclareceu que a opção pelo Conselho Tutelar não nega os demais Conselhos. Quanto ao zero oitocentos, seria auxílio a lista e não uma área de informação; 6) A conselheira Margarida sugeriu a retirada do zero oitocentos, passando a responsabilidade para a Secretaria Especial dos Direitos Humanos; 7) o conselheiro José Fernando fez uma breve explanação sobre a finalidade das oficinas regionais, ressaltando que o CONANDA está participando de todo o processo; 8) Com relação a fala do Presidente da República e a fala do Presidente do CONANDA, o conselheiro Marcos considerou importante os dois momentos, por considera-los distintos. A plenária aprovou a proposta dos conteúdos e do roteiro apresentados pelos expositores, ficando agendado para o dia sete de abril, das quatorze as dezoito horas, reunião ampliada com todos os conselheiros, para aprovação da proposta final. No que tange a proposta do zero oitocentos ficou acertado entendimento com o Presidente do CONANDA para tratar sobre o assunto e que a Comissão também deverá aprofundar a discussão. O Vice – Presidente agradeceu aos expositores pela apresentação dos trabalhos. V -Aprovação do Relatório de Prestação de Contas da Emenda da Comissão de Legislação Participativa ao MNMMR. A Coordenadora do Movimento Senhora Jussara de Goiás fez uma breve explanação das articulações havidas no Congresso Nacional/Comissão de Legislação Participativa. De acordo com as informações essa Comissão recebe proposições das organizações não governamentais e que a proposta do movimento foi aprovada por unanimidade. A aplicação dos recursos foi definida em parceria com o CONANDA e o Departamento da Criança e do Adolescente, objetivando fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. Foram elencados alguns dos principais eventos realizados com esses recursos tais como: realização do VI Encontro de Articulação do CONANDA com os Conselhos Estaduais, Municipais (das capitais) e Conselhos Tutelares; realização do VI Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua; fortalecimento das Comissões Estaduais do MNMMR; formação de Educadores e publicações técnicas e pedagógicas; modernização técnica e administrativa das instâncias administrativas do Movimento; monitoramento e avaliação dos trabalhos do Movimento; produção de material referente aos programas de defesa de direitos da criança e do adolescente, edição de vídeo e sistematização de experiências bem sucedidas de concretização do ECA no Brasil; desenvolvimento de estudo e pesquisas

sobre a efetividade e adequação das políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes no Brasil, tendo como base a adequação e aplicação do ECA e a realização de oficina nacional do SIPIA. Para o exercício de dois mil e três foi aprovada emenda para o combate da violência nas escolas. No final da explanação foi passado o filme sobre do VI Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, no Congresso Nacional, na esplanada e no Ministério da Justiça. A conselheira Elisabete ressaltou a importância do CONANDA receber o MNMMR para prestar contas das suas ações. Ressaltou ainda o processo de capacitação do MNMMR e a sua forma de colocar a questão da criança e do adolescente. Para a conselheira, a existência do Fórum Nacional DCA como esta hoje, melhor estruturado, deve muito ao fato de o MNMMR ter se disposto a colaborar com a viabilidade de recursos para a área da infância. O conselheiro Cláudio endossou as palavras da conselheira Elisabete e enfatizou a importância da construção dessa agenda nacional conjunta para a utilização dos recursos recebidos pelo movimento, objetivando a viabilização das políticas públicas. Para a Coordenadora Jussara a apresentação da prestação de contas é muito importante, considerando uma responsabilidade política do Movimento. Para ela valeu a pena ter coragem de ousar porque os produtos têm sido muito importantes. O conselheiro Alessandro representante do Movimento também deu o seu depoimento, se comprometendo repassar ao CONANDA a fita de vídeo apresentada. O Vice-Presidente agradeceu a Senhora Jussara pela brilhante apresentação. VI – Visita ao Congresso Nacional. Por motivo de agenda do Presidente do Senado a atividade foi cancelada. No segundo dia de trabalho teve continuidade a pauta que segue: No início dos trabalhos do segundo dia a deputada Federal Maria do Rosário – PT/RS esteve presente para tratar da retenção indevida do menino brasileiro IRUAN ERGUI WU, no território de Taiwan. Estiveram também presentes a Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio Grande do Sul e o Promotor de Justiça Afonso Conzem. Foi aprovado pela plenária Moção contendo os seguintes objetivos: 1) Conclamar as autoridades do Ministério das Relações Exteriores do Governo do Brasil para o desenvolvimento de todos os esforços e providências, tanto no âmbito diplomático como das relações informais, para a imediata superação das causas da retenção; 2) Conclamar as autoridades de Taiwan para que façam cessar a indevida exposição do menino nos meios de comunicação social e dêem imediato cumprimento às decisões judiciais favoráveis ao retorno de Iruan ao Brasil; 3) Apoio as iniciativas da Comissão Interinstitucional pelo retorno de Iruan ao Brasil integrada por pessoas e instituições governamentais e não governamentais. A Secretaria Executiva ficou responsável pelo envio da Moção ao Presidente da República, ao Itamaraty e às autoridades de Taiwan. Na oportunidade a Deputada falou da reestruturação da Frente Parlamentar, cujo perfil dos parlamentares deve ser a formação permanente sobre os direitos da criança e do adolescente e dos direitos humanos. Ressaltou também sobre implantação da CPI, contra a rede de exploração sexual de crianças e adolescentes. O conselheiro Cláudio aproveitou para informar que o Senador Amir Lando – PMDB/RO, retirou da ordem do dia o Projeto de Lei sobre o rebaixamento da idade penal. O Presidente do CONANDA complementou as informações ressaltando que o Deputado Luiz Eduardo comprometeu-se a não deixar tramitar nenhum projeto neste sentido. O Vice-Presidente agradeceu a presença e a participação dos visitantes. VII – Apresentação e discussão do Programa Sentinela/MAPS – Estiveram presentes a Diretora do Departamento de Política de Assistência Social do Ministério da Assistência e Promoção Social, Regina Teixeira e o Gerente do Programa Sentinela, Joselino dos Santos. A Diretora fez uma breve explanação das ações do seu Departamento, enfatizando o Plano Nacional de Atendimento as Famílias, que será desenvolvido através da rede de serviços integrados de educação, saúde, assistência social, priorizando o Projeto Sentinela. Na oportunidade a Diretora informou que o Projeto Sentinela só tem recursos para suas ações até o final do mês de março e que no momento estão sendo remanejados recursos suplementares para manter o programa. O Gerente do Sentinela fez uma retrospectiva apresentando os marcos históricos, as diretrizes e os eixos prioritários do programa. Fez ainda uma breve explanação do seu engajamento na luta para o combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. A conselheira Rachel agradeceu a participação do expositor e ressaltou a dificuldade de localizar serviços que atendam as famílias, sugerindo que esse atendimento fosse priorizado. A conselheira Elisabete propôs vincular o trabalho do Sentinela ao trabalho das equipes técnicas das Varas da Infância e da Juventude e ressaltou a importância da atenção integral e do cumprimento das metas. O conselheiro Alessandro indagou como será desenvolvida a ação de combate a exploração sexual nas áreas de fronteiras. O conselheiro Cláudio questionou sobre os recursos para a implementação do programa neste exercício e aproveitou para parabenizar a escolha do Gerente Joselino, pela sua competência profissional. A conselheira Maria Izabel enalteceu a proposta de trabalho com as

famílias e fez o apelo para a intersectorialidade das ações, propondo a interlocução com outros órgãos de governo para a erradicação do trabalho infantil. A conselheira Margarida colocou a fiscalização do ministério do Trabalho para o combate à exploração sexual e informou que o setor de fiscalização do Ministério integra o grupo repressivo, juntamente com o Ministério da Justiça, a Interpol e outros órgãos. Sugeriu também que no combate a exploração sexual comercial é necessário a criação de retaguarda. A conselheira indagou como conciliar as ações de repressão com a política de apoio. O Gerente Joselino considera que há necessidade de definição de critérios, propondo construir uma proposta conjunta. O conselheiro Fernando propôs como próximo ponto de pauta a articulação com os ministérios que tem ações voltadas para o combate ao trabalho infantil. A proposta foi debatida pela plenária, tendo sido aprovado a realização de um painel com a participação dos Ministérios da Saúde, Educação, Assistência e Promoção Social, Justiça, Esporte, Trabalho e Emprego e Secretaria de Especial dos Direitos Humanos no dia oito de abril às nove horas. Ficou também aprovado o envio de documento ao Ministério da Assistência e Promoção Social e ao Presidente da República contendo o posicionamento do CONANDA para o aumento da meta e dos recursos do Programa Sentinela. O Vice Presidente agradeceu a presença dos visitantes. VIII – Aprovação da Ata da Centésima Assembléia Ordinária do CONANDA – A Ata da Centésima Assembléia Ordinária foi aprovada com correções pertinentes IX – Relato dos Trabalhos das Comissões Temáticas - 1) Comissão de Políticas Públicas – A conselheira Elisabete fez o relato dos trabalhos da Comissão onde foram tratados assuntos referentes a local, instrumentais, infraestrutura e outros para a efetivação da V Conferência Nacional. Foi aprovado pela plenária o Tema: Pacto Pela Paz – Uma Construção Possível. Foi aprovado também que não haverá conferência dos adolescentes, e que os mesmos participarão como delegados em todas as etapas de realização da Conferência, nos níveis municipais, distrital, estaduais e nacional. O critério definidor do número de adolescentes delegados será o mesmo utilizado para os adultos. Assim, cada delegação terá o número de adolescentes delegados na exata proporcionalidade da população adolescente em relação a população adulta de cada Estado e Distrito Federal. Com relação ao Lema, Conferência Magna, instrumentais, orçamento, infraestrutura e oficinas específicas, os mesmos serão definidos no mês de abril, As sugestões deverão ser enviadas até o dia vinte e quatro de março à conselheira Maria Izabel, para consolidação das mesmas. Foi aprovada ainda a eliminação da categoria de observador, aumentando o número de delegados por unidade federada. A Secretaria Executiva deverá fazer levantamento de agências para execução do evento para avaliação preliminar dos custos da Conferência; 2) Comissão de orçamento e Finanças – O Coordenador da Comissão Cláudio Augusto fez o relato dos trabalhos salientando a necessidade de se discutir uma campanha nacional para doação ao Fundo Nacional. Para isso, deve-se contar inicialmente com a credibilidade do Presidente Lula que ajudará a disseminar esta ação. Ressaltou a importância de contar com a colaboração dos parlamentares que militam na área da criança e adolescente por meio da iniciativa em projeto de lei como o Projeto de Lei da Deputada Rita Camata. Além disso, considera imprescindível fazer parcerias com empresários, grupos de trabalhos como os Correios, pessoal da UNAFISCO, com a Empresa Brasileira de Telecomunicações, centrais sindicais, universidades, sociedades médicas, ONG's, atuantes neste segmento, além das parcerias governamentais a nível estadual e municipal, principalmente junto aos secretários de assistência social e aos de finanças que poderão alavancar a campanha. Citando idéias que poderiam ser praticadas para a implementação da campanha, a comissão exemplificou a inserção de mensagens nos contracheques da rede bancária. Foi sugerido também que o CONANDA repassasse aos Conselhos Estaduais e Municipais os materiais que o CONANDA dispõe acerca de campanhas similares, como é o caso de ANDI. O grupo comentou a necessidade de tornar mais claros para as pessoas físicas o procedimento para doar recursos para o Fundo. Uma forma de se fazer isso seria a publicação de folderes informativos, nas agências bancárias, sobre os passos para doação ao Fundo, além de informações básicas sobre a importância da doação e os benefícios que o cidadão terá por esta iniciativa. Foi salientado também que a Petrobrás é atualmente o principal doador do Fundo. Cerca de vinte e quatro milhões de reais foram doados aos Fundos para a criança e o adolescente nos três níveis de governo em dois anos. Mediante as Considerações apresentadas a Comissão propôs: 1) Realizar mobilização para efetivar campanha nacional de doação ao Fundo a partir do segundo semestre deste ano. A Campanha será feita a nível nacional, estimulando a doação aos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais; 2) Articular a Receita Federal para implementar a Campanha; 3) Fazer gestões junto a Petrobrás no sentido de aumentar os recursos de doação; 4) O conselheiro Osvaldo deverá elaborar cronograma para viabilização do repasse fundo a fundo; 5) O Secretário Especial dos Direitos Humanos – Adjunto deverá elaborar agenda para a

campanha de doação fundo a fundo e para levantamento dos projetos de lei de doação à Fundos existentes no Congresso Nacional. A Comissão analisou ainda o parecer favorável apresentado pelo técnico Francisco sobre o pedido de patrocínio para a realização da segunda edição do Manual de Imprensa e de Mídia do Estatuto da Criança e do Adolescente e o parecer desfavorável da solicitação de recursos da Brasil Press, para financiamento do Projeto “Portal na Internet”, por considerar que o CONANDA já possui um portal da internet. Foi ainda registrado o recebimento do pedido de apoio institucional, financeiro e de material bibliográfico da Escola de Conselhos e Gestores Sociais para a realização da Quarta Conferência Regional dos Direitos Humanos. A Comissão definiu, a data de visita ao Estado do Piauí para os dias três e quatro de abril de dois mil e três. Com relação aos recursos recebidos da Petrobrás em dois mil e dois foi informado pela Coordenadora Executiva Bernadete, que esses recursos foram contabilizados no início de dois mil e três, necessitando portanto, de pedido de crédito suplementar. Será também solicitado crédito suplementar para os recursos contabilizados como superávit financeiro do exercício de dois mil e dois. A Comissão deliberou fazer o monitoramento dos projetos financiados com recursos do Fundo Nacional, devendo ter como objetivo se o proposto no plano de trabalho está coerente com a execução. Os projetos foram distribuídos entre os integrantes da Comissão para análise e parecer. Foi discutido ainda na Comissão a questão da redução da imputabilidade penal, devido ao fato das discussões no Congresso Nacional terem voltado à tona em ritmo acelerado. Foi proposto manter articulações com os parlamentares engajados no assunto e solicitado ao Secretário Adjunto dos Direitos Humanos um levantamento dos projetos de lei sobre a redução da idade penal tramitando na Câmara e no Senado. No que tange ao Projeto de Lei de Medidas Socioeducativas da ABMP a Comissão propôs o cronograma que segue: 1) Assembléia/Maio – Marcos e Francisco deverão apresentar a minuta do PL com o resumo das discussões regionais; 2) Assembléia de junho – deliberação do PL pela plenária. Caso o PL seja restringido às Medidas Socioeducativas o mesmo será enviado aos Estados para anuência e/ou novas contribuições, daí a deliberação será no mês de agosto. Se a proposta do PL for geral, com alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente o mesmo será submetido à Plenária da V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; 3) Comissão de Articulação e Comunicação. A coordenadora da Comissão, conselheira Laura fez o relato dos trabalhos conforme segue; a) recebimento de ofício do Conselho Tutelar de Sanharó – PE, informando a paralisação do Conselho por falta de condições de trabalho e de remuneração dos conselheiros. Foi proposto enviar ofício aos Conselhos de Direitos Estadual e Municipal solicitando informações da denuncia, bem como à Coordenação do Conselho Tutelar sugerindo oficial ao Ministério Público e à coordenação do Centro de Apoio das Promotorias da Infância e da Juventude do Estado; b) recebimento de ofício do Conselho Tutelar de Sanharó-PE denunciando que o Conselho está funcionando com apenas quatro conselheiros por falta de providências pelo CMDCA. Enviar Ofício ao CMDCA e ao CEDCA solicitando manifestações sobre o caso e as providências adotadas; c) recebimento de ofício da Associação dos Conselhos Tutelares do Estado de Mato Grosso do Sul, sobre a reunião havida com autoridades locais e ingenas para deliberar sobre a realização do I Fórum nacional de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente no mês de abril, com a presença de autoridades nacionais. A Associação solicita ao CONANDA a interlocução e monitoramento do evento. O assunto foi amplamente debatido pela plenária e proposto informar oficialmente à Associação dos Conselheiros Tutelares que o CONANDA vem discutindo e analisando os fatos referentes à situação de crianças e adolescentes indígenas, tendo deliberado pelo prosseguimento das discussões, contando para isso com a colaboração de autoridades e lideranças das nações indígenas. Foi aprovado também o pedido de esclarecimento sobre a realização do Fórum em questão, considerando que o CONANDA orientou aos Estados que os debates sobre o assunto fossem realizados a nível local e não em âmbito nacional; d) recebimento de carta do Senhor Waldir de Souza Freire – Macaé RJ, alegando o seu afastamento da função de conselheiro tutelar pelo CMDCA por abuso de poder e solicita a intervenção do CONANDA no caso. A Secretaria Executiva deverá acusar o recebimento da correspondência e comunicar que se o mesmo entender ter o seu direito violado, deve buscar auxílio de um advogado para reverter o processo, e que o CONANDA irá solicitar ao CMDCA copia do processo; e) recebimento de ofício do Ministério Público de São Paulo informando que o CONDECA alterou a sua resolução acerca do pleito eleitoral, excluindo os CMDCA e os Conselhos Tutelares do rol dos órgãos da sociedade civil para participar do processo eleitoral; f) recebimento de reivindicação dos participantes do evento de capacitação do Projeto de Fortalecimento do Sistema de Garantias de Direitos no Município de Alta Floresta, quanto as dificuldades de efetivação do atendimento de crianças e adolescentes por falha nas Políticas Públicas e na justiça. A Secretaria Executiva

deverá responder sugerindo que a reivindicação seja feita ao Tribunal de Justiça, à Procuradoria Geral de Justiça e à OAB, buscando sempre o apoio dos Conselhos de Direitos Estadual e Municipal; g) recebimento de manifesto do coordenador do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e Conselheiro Municipal na Paraíba, denunciando a prefeiturização em que se encontra o referido Conselho. Para ele o Conselho deve ser autônomo, democrático e particular. A Secretaria Executiva deverá oficiar que o CONANDA não possui elementos para avaliar a questão e sugerir que o assunto seja levado ao conhecimento do Conselho Estadual para as providências; h) definição do cronograma de eventos para a produção do Manual “Mídia e Conselhos” em convênio com a ANDI e dos conselheiros que deverão representar o CONANDA, como segue: 1) dez e onze de abril – Belo Horizonte, conselheiros José Fernando e Maria das Graças; 2) vinte e oito e vinte e nove de abril – Florianópolis – SC, conselheiros Fernando e Rachel; 3) doze e treze de maio – Brasília-DF conselheiras Wania e a representante Maristela; 4) vinte e sete e vinte e oito de maio – Manaus – AM conselheiros Fernando e Laura; 5) dois e três de junho – Salvador – BA; Conselheiro Cláudio; 6) Cinco e seis de junho – Natal- RN conselheiro Marcos. As oficinas serão regionais, com a participação de conselheiros de direitos e tutelares. O CONANDA deverá enviar convite aos Conselhos Estaduais informando a finalidade e os critérios de participação das oficinas. A aprovação dos roteiros e conteúdos do manual será na assembléia do mês de abril e o produto final deverá ser deliberado na assembléia do mês de maio do ano em curso. A conselheira Maria Izabel aproveitou para informar que na publicação de lançamento do Plano Nacional sobre o Trabalho Escravo não foi incluído o nome do CONANDA, solicitando que seja feito errata para as próximas distribuições. O Secretario Especial de Direitos Humanos – Adjunto, Mario Mamede se comprometeu providenciar a devida correção. O conselheiro Marcos propôs alteração na Pauta das assembléias e na formulação da Ata. Tendo em vista a exigüidade de tempo o Vice – Presidente propôs que o assunto fosse discutido na assembléia do mês de abril. X – Apresentação da Proposta DCA/UNICEF para realização do Encontro Nacional sobre o Sistema de Garantia de Direitos – A Oficial de Projetos do UNICEF – Senhora Allison Sutton fez a apresentação da proposta ressaltando o papel do CONANDA no monitoramento das metas do milênio e das metas do mundo para as crianças. A Senhora Allison fez uma breve retrospectiva sobre o diagnostico realizado como parte de uma agenda conjunto entre o CONANDA, o DCA, UNICEF e o MNMMR envolvendo uma serie de eventos que foram pontos de partida para estudos mais aprofundados. Citou como exemplo a Oficina de Reestruturação do SIPIA e as Oficinas e Estudo no eixo de defesa e responsabilização sobre Delegacias de Proteção, Defensorias Públicas, Varas e Promotoria Privativas de Crimes Contra Crianças. Abordou ainda o Encontro Nacional de Aprimoramento do Sistema de Garantia realizado no final do ano passado, citando que um dos objetivos do encontro será a instrumentalização para a preparação das conferências municipais e estaduais deste ano para atingir uma política de garantia de direitos e englobando os três eixos que são: promoção de direitos e políticas públicas, na defesa das crianças e adolescentes com direitos ameaçados ou violados e no controle social da oferta de políticas publicas para a infância. A Senhora Allison ressaltou que para refletir mais sobre os resultados do encontro e também poder responder a uma demanda do Grupo de Trabalho sobre capacitação do CONANDA, que dentro da Comissão de Articulação tem pautado a necessidade de chegar a algum critério mínimo de conteúdo, metodologia e avaliação de capacitação para atores do sistema de garantia de direitos, o Unicef e DCA estão organizando uma oficina técnica na próxima semana. A Diretora do DCA Denise Paiva informou que além deste evento o DCA está apoiando o Encontro Nacional de Notificação a ser realizado do nos próximos dias. Foram definidos os conselheiros Fernando, Saulo e Wania para participarem da oficina técnica nos dias dezoito e dezenove de março do corrente. A conselheira Maria Izabel propôs que os resultados sejam inseridos no debate da Conferência Nacional e que o assunto fosse discutido na Comissão de Políticas Públicas. Finalizando a apresentação dos trabalhos focou decidido pela plenária a formulação de convite à representante do UNICEF no Brasil, para na assembléia do mês de maio apresentar as metas do Milênio e das Metas do Mundo para as Crianças. Vice-Presidente convidou a Diretora do DCA e a Senhora Allison para participarem da Comissão no dia oito de abril. A Senhora Allison agradeceu a oportunidade de estar presente nesta assembléia. O Vice-Presidente também agradeceu a Presença da Oficial de Projetos e da Diretora do DCA. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembléia. E para constar, eu Maria Bernadete Olivo, lavrei a ata, que depois de lida e aprovada pelo Colegiado será assinada pelo Presidente do CONANDA.

Nilmário Miranda
Presidente do CONANDA